

Abaixo a Repressão!

Durante anos o Brasil esteve sob o regime de exceção vigente a partir do Golpe Civil-Militar de 1964. Neste período, para tentar dar legitimidade às suas medidas arbitrárias, a ditadura instituiu uma série de decretos onde através dos mesmos se tornava legal toda medida da ditadura. Os conhecidos Atos Institucionais, em seu primeiro momento, permitiram aos militares alterar a Constituição, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar qualquer pessoa que fosse acusada de atentar contra a ordem, dissolver partidos, fechar o Congresso, e após a crescente resistência, em 1968 é decretado o AI-5: que proibia qualquer tipo de manifestação política além de abolir o direito ao *habeas corpus*.

De lá pra cá, e após 17 AIs que levaram consigo os sonhos de toda uma geração exilada, torturada, desaparecida e assassinada nos porões da repressão, o país passou por um processo de redemocratização. Com a democracia vieram as garantias legais de liberdade de manifestação e organização; no terreno da educação, e dentro dele, no espaço por excelência de contestação e produção do conhecimento - as universidades -, aqueles que mais bateram de frente e sofreram nas mãos dos militares agora estão livres...

... mas será que esta “liberdade” existe efetivamente? De qual liberdade falamos?

Podemos verificar na história que todos os que se beneficiam com o atual estado de coisas sempre procuraram impedir a atuação daqueles que têm opiniões divergentes dos seus. Os detentores do poder e seus serviços não aceitam a construção de algo diferente daquilo que almejam, não aceitam nada que possa ir além de seu controle, não aceitam ter suas idéias colocadas contra a parede e ao contrário, atiram na parede aqueles que vão de encontro ao que pensam e fazem; usam de seu poder para manipular a verdade e tirar o foco do fundamental. Quando os problemas e contradições chegam a níveis em que não é mais possível caminhar sem uma ruptura com tudo o que está podre e defasado, quando os oprimidos começam a querer tomar o controle de suas próprias vidas, eis que a “liberdade” da qual nos falamos é mostrada. As universidades não escapam a regra.

Convivemos diariamente numa instituição que tenta nos vender a imagem de que somos nós quem a fazemos, de que temos a liberdade de decidir sobre seus rumos, de que os que estão à sua frente representam os interesses daqueles que os elegeram, de que podemos interferir quando algo não é de nosso agrado. No entanto, não precisamos ir muito longe para perceber que não passam de pura abstração e jogo de palavras. Estamos imersos em mais um espaço onde as contradições e interesses de classes se disseminam, e se de início isto não esteja claro, basta tentarmos modificar um aspecto importante do mesmo que as velhas estruturas de dominação se mostram e a repressão vem à tona.

Durante o ano de 2007, após mais de uma década de apatia, o Movimento Estudantil (ME), em conjunto com alguns professores e técnicos, decidiu se voltar contra o crescente sucateamento de nossas universidades, questionando este modelo que temos e exigindo mudanças na base do sistema educacional ao qual estamos inseridos. Não que em momentos anteriores estas reivindicações já não estivessem postas, mas foi visível para todos que em 2007 conseguimos mostrar novas perspectivas de atuação, trouxemos à tona formas mais radicalizadas de combate à burocracia e as imposições do governo e melhor, 2007 deixou claro que somente em conjunto e organizados a nível nacional que poderemos mudar a universidade.

Em todo esse processo que citamos, o ME foi o setor mais radicalizado e que mais ousou em suas lutas: foram dezenas de ocupações de reitoria no primeiro semestre e que tiveram como ícones principais a ocupação da USP e das demais estaduais paulistas, principalmente em defesa da autonomia universitária; em adição, tivemos a ocupação de catorze universidades federais (incluindo a Ufal), onde nestas o combate a reforma universitária e a exigência de solução de problemas internos de cada universidade eram as pautas fundamentais. Já no segundo semestre e sob o baluarte feito pelo suborno do governo para a aprovação do Reuni, mais reitorias foram ocupadas em questionamento a forma autoritária com que o Reuni estava sendo “discutido” nas universidades e a total falta de participação da comunidade acadêmica nas decisões sobre seus rumos. Porém, desde os primeiros levantes, estudantes no Brasil inteiro começaram a ser perseguidos pelos governos e pelas reitorias das universidades.

ALÉM DO MITO

Informativa

Boletim produzido pelo grupo “Além do Mito...”
Maceió, agosto de 2008

Centenas de estudantes foram detidos e espancados no Estado de São Paulo. Na UFBA a Polícia Federal invadiu a reitoria, espancou e prendeu dezenas de estudantes que já não agüentavam mais as promessas da administração de solucionar os problemas da residência universitária. Agora a polícia parece fazer parte do dia-a-dia acadêmico; expulsões e processos “disciplinares” surgem de todas as direções. Nas universidades federais não foi nem está sendo diferente. Durante o *período-Reuni*, na grande maioria das IFES vimos o quão articulados governo e reitorias estão para impor a qualquer custo suas vontades. Onde haviam questionamentos mínimos sobre a adesão ao Reuni ou mesmo o pedido para abertura do debate, manobras políticas, medidas restritivas e segurança privada formaram coro para reprimir... quando isto não era suficiente, a Polícia Federal era chamada. Temos centenas de processos em via de impor punições e expulsar alunos, inquéritos policiais e ameaças de prisão, perda de benefícios e bolsas, boicote de projetos de pesquisa e extensão, restrição e perda de espaços estudantis etc. Na Ufal, tivemos Conselhos Universitários sendo realizados com seguranças se passando por estudantes; logo após os episódios de violência num Consuni e o início de uma vigília no Hall da Reitoria tivemos a Polícia Federal invadindo uma Assembléia Estudantil com metralhadoras engatilhadas, para dias depois o Conselho ser realizado sob forte esquema policial, inclusive com restrição de entrada. Há episódios de reuniões sendo “espiadas” por seguranças e fotografadas por pessoas não-identificadas. E estes casos não param de aumentar.

É importante que digamos: a repressão não é uma simples medida restritiva ou uma medida de cunho disciplinar, ela é uma forma de castrar politicamente aqueles que se opõem a uma dada política. Faz parte dela a propagação de calúnias e a tentativa de criminalizar manifestações que são legítimas dentro de um espaço que se quer democrático e aberto as discussões. Quantos de nós participamos das decisões sobre nosso futuro na academia? Qual peso temos nos fóruns de decisão de nossos cursos e universidades? E mais ainda, somos nós quem elegemos as representações ou elas que nos elegem? Qual poder temos sobre eles? Qual liberdade temos?

A repressão é uma forma de perseguição política e ao mesmo tempo uma política de Estado e daqueles que mantêm privilégios com a ordem estabelecida afim de dissolver sujeitos sociais divergentes. Assim a trataremos. O que estamos vivendo nas universidades é apenas uma face dos avanços repressivos hoje. A crescente criminalização dos movimentos sociais, a não punição dos torturadores da ditadura militar, a iniciativa do governo Lula em querer praticamente acabar com o direito de greve além dos reordenamentos que temos no plano jurídico demonstram bem para onde caminhamos.

Temos quase vinte estudantes da Ufal sendo indiciados pela Polícia Federal e vítimas de processo administrativo levado a cabo pela reitoria. Não podemos permitir que nossas poucas liberdades sejam jogadas fora por aqueles que de forma ilegítima sujam nossa memória e espaços trazendo o poder das armas onde argumentos, debates e democracia deveriam prevalecer. Não podemos permitir que acabem como nossos espaços e instrumentos, não admitiremos ameaças nem punições. É preciso unir todos: estudantes, professores, técnicos e sociedade em geral contra a repressão aos movimentos sociais, em defesa das liberdades democráticas, pela paridade em todos os fóruns e espaços da Universidade. Liberdade só existe enquanto conquista, jamais concessão. Se queremos que a academia seja um espaço de contestação, livre para pensar e produzir conhecimento, não podemos conviver com a polícia, não aceitaremos intimidações. Se atacam um, atacam todos!

Protagonismo estudantil

Fazer uma leitura da dinâmica do Movimento Estudantil (ME) como consequência do momento histórico atual é um dever para que se possa avançar nas conquistas. Apenas constatar uma crise no ME classista de pouco adianta, se não buscarmos (novas) formas para dar consequência às (velhas) lutas por transformações. Deste modo, ao observar o ME hoje (e, em grande medida, a juventude no geral) algumas características saltam aos olhos.

Uma destas características é o imediatismo da juventude, fantasiando o ME como uma fábrica de ilusões, tanto que se convencionou chamar os estudantes da base para participar de reuniões e assembléias e ouvir como pergunta *“e isso vai dar em quê?”*. Ou seja, um pragmatismo que, além de imobilizar, nutre uma apatia que se generaliza e só favorece aos detentores do poder sócio-político e econômico (políticos oportunistas, latifundiários, grandes empresários etc.), por manter os estudantes “calminhos e conformados”.

Diante disso, uma das argumentações para tentar explicar tal situação é a partidarização do ME. Porém, essa explicação, mesmo sendo, em grande parte, uma verdade, não é desculpa para que não haja participação em massa dos estudantes, muito pelo contrário, deveria ser um forte motivo para a ação direta. Uma outra frase muito ouvida é *“isso é coisa de partido, eu não vou!”*; Não se deve negar a importância dos partidos.

Quais seriam as formas de reverter essa situação e conseguir dar consequência às conquistas?

No último mês de maio, um dos momentos mais importantes na história das lutas na Ufal completou um ano: a segunda ocupação, em menos de dois anos, do gabinete da reitora (que durou de 24 a 31 de maio de 2007). Esta ocupação tornou-se referência nacional por ter uma diferenciação: não foi protagonizada apenas por estudantes, tendo contado com a participação de movimentos de luta pela terra, que, além da solidariedade na luta, teve como fio condutor a reivindicação pela Escola Agrotécnica da Ufal.

Esta ocupação foi vitoriosa! Conquistamos a gratuidade do

Núcleo de Desenvolvimento Infantil (NDI) para estudantes da Ufal; a ampliação do Restaurante Universitário (RU) e o Grupo de Trabalho (GT) do projeto “RU para todos!”; o GT para a elaboração do projeto da Escola etc. Assim, mostramos de maneira nítida que, coletivamente e de forma organizada, somos fortes e obteremos conquistas!

Esse foi um exemplo de que o protagonismo dos estudantes nas lutas diárias pode transformar esse quadro e trazer novas vitórias. Apenas dessa forma, com comprometimento e pondo em prática a autogestão na luta é que daremos resposta aos ataques que os movimentos sociais e a classe trabalhadora como um todo vem sofrendo, e a atitudes individualistas que afirmam que toda forma de organização é uma forma de burocratismo, caindo assim, mesmo que não queiram, em uma base de sustentação das opressões cotidianas. Se você não se levanta, você serve como piso!

Outro fato que ocorre com frequência é alimentarem uma espécie de separação entre estudantes da base e do ME. Somos todos estudantes! Sofremos juntos aos ataques às universidades públicas. Queremos RUs que atendam todos que precisam dele. Queremos Residências Universitárias que sejam espaços dignos, saudáveis e que ofereçam condições para uma boa moradia. Queremos um espaço onde possamos conviver com expressões artísticas, onde possamos cultivar nossa cultura e que a sociedade tenha também acesso para expor a sua.

Todos nós sofremos com a violência, mas construir um muro e fechar a Universidade Pública só para quem passar no injusto vestibular é a solução? Tratar política educacional como caso de polícia e perseguir estudantes é exemplo de democracia?

Motivos não faltam para nos rebelarmos. Precisamos nos organizar para a luta. E como poderíamos fazer isso? A partir de cada curso, essa é uma forma eficaz e fundamental. Percebendo a importância que cada estudante tem nesse processo de lutas e usando a ação direta como método para enfrentar os ataques que sofremos. Temos a convicção de que a democracia que defendemos é a forma de colocar em prática o que reivindicamos.

DCE: para que serve ou a quem?

Ao reconhecermos a Universidade como um espaço de formação da massa crítica de uma sociedade, assim como ao reconhecermos que esta sociedade está imersa em contradições, não há como escapar do círculo de contradições que esta se insere, onde se tem pessoas dos mais diversos tipos, das mais diversas perspectivas de vida e, principalmente, frutos das diferentes camadas sociais que estão presentes na sociedade, as quais possuem as mais diversas aspirações.

Partindo deste pressuposto, na perspectiva de organização da categoria estudantil universitária, em defesa de seus interesses e direitos e de levar adiante as reivindicações por ela conferida, é que existe o Diretório Central dos Estudantes (DCE). É papel do DCE estar a frente das reivindicações mais imediatas até as mais gerais, seja por problemas específicos do curso, seja para encampar as lutas nacionais. Trata-se de uma entidade de caráter estudantil, mas que deve sempre manter ligação com os outros setores da universidade, como docentes e servidores, fortalecendo e dando sentido às lutas por um modelo de universidade pública e de qualidade voltado para as camadas populares. Mas se nós voltássemos nossos olhos para os últimos anos será que vamos ver tais atitudes por parte do Diretório Central dos Estudantes Quilombos dos Palmares ou DCE-Ufal?

A resposta para esta pergunta pode ser facilmente encontrada se lembrarmos da última gestão, a “Coração de Estudante”, composta por estudantes ligados a juventude dos grupos políticos Quizomba/PT e UJS/PCdoB, defensores incondicionais do Governo Lula e de seus projetos de reforma, como a famigerada Reforma Universitária. Atréados ao Governo e a atual reitoria, ao ganharem as eleições em 2006, não só sustentaram as políticas neoliberais implementadas pelo Governo Lula na Ufal através de sua fiel escudeira (a reitora Ana Dayse), como também não cumpriram o mínimo esperado de uma gestão de DCE. Entre outras coisas, a “Coração de Estudante” quase não fez reuniões periódicas com os

Centros e Diretórios Acadêmicos (CAs e DAs), não realizou o Congresso anual da entidade, e o mais grave, não convocou eleições quando o prazo da gestão expirou.

Diante destas condições, os CAs e DAs da Ufal destituíram a “Coração de Estudante”, formando uma Comissão Gestora, a qual ficou responsável por realizar as eleições. Mas a eminência de greve dos professores no fim do ano passado e a criação do campus Arapiraca fizeram com que as discussões acerca da organização das eleições se estendessem por certo tempo, ficando a mesma para o segundo semestre deste ano.

São muitos aqueles que acreditam que o DCE é apenas uma chapa eleita de ano em ano, a qual ganha o direito de decidir tudo em nome do ME e de todos os estudantes. A diretoria do DCE, eleita em seu pleito anual, é apenas uma instância decisória e está submetida a diversas outras (como as assembléias e os conselhos de entidades de base), que garantem a possibilidade de um processo de decisão coletiva e um mínimo de democracia direta no movimento. Diante disto, é imprescindível que os estudantes da Ufal voltem a contar com o DCE para encampar as suas lutas por melhores condições de ensino, assistência estudantil e por uma universidade pública de qualidade.

Para tanto, o grupo “Além do Mito...” faz um chamado a todos e todas para construirmos o coletivo “Amanhã Vai Ser Outro Dia” que pretende trazer o DCE de volta às lutas, por entender que a organização de qualquer entidade junto a sua base, através do debate e de suas lutas diárias, é que deve direcionar as transformações sociais. Por mais que isso pareça um *jargão*, não cansamos de falar que o DCE é um meio, não um fim, pois as entidades estudantis representam (ou devem representar) um instrumento de mobilização e luta, onde cabe a nós organizados por nós mesmos, lutar por uma universidade comprometida com os interesses das camadas populares e por uma sociedade justa.